

Ata da reunião ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, realizada em 23 de fevereiro de 2015 .

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às 16:00 horas, na sala de reunião do Colégio de Procuradores de Justiça, localizada nesta Capital à Rua Álvaro Mendes, número vinte e dois, noventa e quatro, centro, foi realizada reunião ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Luis Francisco Ribeiro, Procurador-Geral de Justiça, em exercício, com a presença dos seguintes membros: **Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Antônio Gonçalves Vieira, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Antônio Ivan e Silva, Martha Celina de Oliveira Nunes, Rosângela de Fátima Loureiro Mendes, Lenir Gomes dos Santos Galvão, Hosaias Matos de Oliveira, Fernando Melo Ferro Gomes, José Ribamar da Costa Assunção, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Aristides Silva Pinheiro e Clotildes Costa Carvalho.** Ausentes, justificadamente, os Procuradores de Justiça **Teresinha de Jesus Marques, Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino, Francisco das Chagas da Costa Neves e Zélia Saraiva Lima.** Seguindo a ordem dos trabalhos determinada pelo artigo 6º do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, ocorreu: conferência do *quorum* e instalação da sessão. O Presidente cumprimentou os presentes e declarou aberta a sessão. Em seguida, requereu a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Antes de adentrar a pauta, a Procuradora de Justiça Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando pediu inversão da ordem dos trabalhos, esclarecendo que já tinha um compromisso previamente agendado. O Presidente passou a palavra para a Procuradora de Justiça Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, diretora-geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/CEAF, que apresentou o relatório de atividades do referido órgão, referente ao exercício de 2014. Ressaltou que o relatório é feito com fundamento no art. 6º do ato de criação do CEAF (ato PGJ nº 413/2013). Durante a apresentação, lembrou que o CEAF foi instituído há pouco mais de um ano

e desde sua criação vem desenvolvendo algumas ações no que tange a capacitação não só de membros como também de servidores. Acrescentou que o relatório foi traçado não apenas no que diz respeito as atribuições, mas também tentando mostrar o órgão para o despertar, sobretudo em relação a sua estruturação. Pois, por ser um órgão novo, ele precisa de um olhar diferenciado da administração superior para que possa desenvolver seu papel a contento. Por fim, destacou uma importantíssima conquista de 2014, que foi a adesão ao Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil/CDEMP. Após, todos os Procuradores de Justiça parabenizaram a Dra. Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando pelo trabalho profícuo desenvolvido à frente do CEAF. Na sequência foi dada a palavra à Procuradora de Justiça Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, ouvidora do Ministério Público, para a apresentação dos relatórios da ouvidoria, referentes ao semestre 2014/2 e ao mês de janeiro de 2015. A ouvidora recebeu os elogios dos colegas pelo trabalho que vem desenvolvendo junto à ouvidoria do Ministério Público. Dando prosseguimento, passou-se ao item “1” da pauta - discussão e apreciação da proposta de alteração da Resolução nº 05/2013, que dispõe sobre o sistema de avaliação de desempenho funcional dos servidores do quadro de provimento efetivo do Ministério Público do Estado do Piauí. Relator: Dr. Luis Francisco Ribeiro. Revisora: Dra. Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues. O Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes argumentou que não tinha conhecimento da matéria, visto que o colégio não recebeu o relatório prévio para sua apreciação. Razão pela qual, a matéria foi retirada de pauta. Item “2” - sorteio para relator e revisor do processo administrativo disciplinar nº 03/2014. Foi sorteado, para relator, o Procurador de Justiça José Ribamar da Costa Assunção e, para revisora, a Procuradora de Justiça Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues. Passou-se ao item “3” - discussão e apreciação da Resolução que regulamenta o processo de eleição da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Piauí. O Presidente procedeu a leitura da Resolução que, após feitas as devidas modificações sugeridas pelos membros presentes, foi aprovada pelo Colégio de Procuradores. O Procurador de Justiça José Ribamar da Costa Assunção pediu a palavra para fazer um comunicado.

Disse que estará em gozo de trinta dias de férias a partir do dia 02 de março, portanto, somente em abril poderá se ocupar do processo para o qual foi sorteado para relatar. Aproveitou a oportunidade para também trazer ao conhecimento do colégio um modelo de edital encaminhado pelo Promotor de Justiça Sérgio Reis, para teste seletivo de estagiário com pós-graduação, o qual ele enviará cópia para Procuradoria-Geral através de ofício, visto que ele achou interessante e que seria muito importante para o Ministério Público do Piauí ter esse tipo de estagiário, sobretudo para 2ª intância. Nada mais havendo a ser tratado, o Procurador-Geral de Justiça, em exercício, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada esta reunião, e para constar, eu, Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça e Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos presentes. Teresina, 23 de fevereiro de dois mil e quinze.